Revista Latino-Americana de RELAÇÕES INTERNACIONAIS Campos Neutrais
FURG

Entrevista com Sarquis José Buainain Sarquis

Vivian Rocha
Guilherme Breyer
Natalia Blaia
Eduardo Honorato

1 NOTA INTRODUTÓRIA DOS ENTREVISTADORES

A presente entrevista tem como objetivo compreender como foram construídas as relações econômicas entre Brasil e China nos últimos anos e de que forma as discussões conduzidas nos BRICS e no G20, entre 2020 e 2023, abordaram temas relacionados à industrialização, à transição energética, ao fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas e à cooperação econômica entre países emergentes. A entrevista também procura compreender como as transformações da conjuntura internacional, especialmente a pandemia de Covid-19, a crescente fragmentação geopolítica e a reorganização das cadeias globais de valor, influenciaram a relação econômica entre Brasil e China e a expansão internacional das empresas chinesas. Nesse contexto, busca-se identificar as condições necessárias para que a inserção dos veículos elétricos chineses no Brasil resulte em *upgrading* industrial, transferência de tecnologia e fortalecimento das capacidades produtivas nacionais, bem como compreender o papel do multilateralismo na promoção do desenvolvimento econômico, da cooperação tecnológica e da transição energética, considerando a trajetória do entrevistado em instituições internacionais como a OCDE, o G20, os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). A entrevista foi realizada no dia 22 de junho de 2026, por meio da plataforma Microsoft Teams, com duração aproximada de uma hora.

2 BIOGRAFIA DO ENTREVISTADO

Sarquis José Buainain Sarquis é bacharel em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor (Ph.D.) em Economia pela *London School of Economics* (LSE), além de graduado em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco. Diplomata de carreira do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), possui ampla experiência em

diplomacia econômica, comércio exterior e relações multilaterais. Hoje é o representante do Brasil junto às organizações internacionais econômicas sedias das em Paris, entre as quais a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Agência Internacional de Energia (AIE). Antes, ocupou postos de destaque nas Embaixadas do Brasil em Londres, Berlim, Paris e Tóquio, onde foi chefe adjunto da missão. Esteve também em missões na Embaixada do Brasil em Buenos Aires e na Delegação do Brasil junto à OMC. Entre 2018 e 2020, exerceu o cargo de "*Chief Risk Officer*" e de Vice-Presidente de Parcerias, Pesquisa Estratégia do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Banco dos BRICS, em Xangai, contribuindo para iniciativas voltadas ao financiamento do desenvolvimento e à cooperação econômica entre os países-membros. Posteriormente, entre 2020 e 2023, atuou como Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos do Itamaraty, coordenando a agenda brasileira de comércio exterior, de relações econômicas internacionais e em foros como a OCDE e a OMC, tendo também atuado como Sherpa do Brasil no G20 e no BRICS

3 ENTREVISTA

Pergunta

Entre 2020 e 2023, o senhor atuou como Secretário de Assuntos Econômicos e Comércio Exterior no Ministério das Relações Exteriores, período em que o governo brasileiro adotou, ao menos inicialmente, uma postura diplomática mais alinhada aos EUA e, por vezes, crítica à China. Na sua percepção, quais foram os ganhos para o Brasil, considerando esse contexto político? Além disso, a conjuntura foi a de guerra comercial entre EUA e China, o que afetou de alguma forma todo o mundo. Na sua opinião, em que medida o Brasil se beneficiou desse contexto e, em especial, no comércio com a China?

Resposta

As relações do Brasil com a China e com os EUA são ambas, fundamentalmente, relações de Estado, estáveis e de longo prazo. Isto assim ocorre nos planos tanto bilateral como multilateral. No contexto multilateral, cabe recordar, as relações se operam em grupos, plataformas e organizações internacionais, estas últimas derivadas das relações de Estado. No Direito Internacional Público, os organismos internacionais e instituições financeiras, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), possuem personalidade jurídica própria, ainda que

derivada dos próprios Estados-nação. Por todas essas razões, seria *reducionista analisar as relações entre dois países - no plano bilateral ou multilateral - apenas sob a ótica da conjuntura política de um único governo. Elas possuem dinâmicas históricas e fatores estruturais que antecedem e ultrapassam qualquer mandato, de um lado ou do outro.*

Um conflito entre China e EUA não se deu só naquele período, entre 2020 e 2023. Aquele período é parte de processos de reestruturação do poder internacional, em que China e EUA continuarão contestando eventual hegemonia de um ou de outro em diferentes campos. . Durante minha atuação como Secretário na área econômica do Itamaraty, houve manifestações de preocupação sobre competição aberta entre essas duas superpotências econômicas e, felizmente, o Brasil adotou posições com base em princípios de transparência e multilaterais, e promoveu condições competitivas amplas, como em relação ao mercado de 5g no país. Apesar de expressões de grupos de interesse em alguma direção, isso não se traduziu em predomínio das visões respectivas. Pesam na formulação da posição brasileira fatores estruturais. As próprias vantagens comparativas do Brasil, amplas para o comércio e os investimentos, não levariam à sua caracterização como anti-China ou pró-EUA. Há ganhos a serem buscados com todos esses parceiros, ilustrados por complementariedades econômicas inter-setoriais com a China e integração de cadeias produtivas intra-industriais com os EUA. Claro que houve momentos de aproximação política em alto nível naquele período, mas, no que diz respeito à atuação do Itamaraty, a diplomacia econômica se manteve atenta aos interesses do país e aberta às relações com diferentes polos.

No BRICS, o Brasil se destaca por seu respeito a princípios como transparência, diplomacia, democracia e direitos humanos, e a atitude brasileira é de reconhecimento da pluralidade e da cooperação, em linha também com princípios da Constituição brasileira. Aliás, a nossa Constituição nos distingue da China quanto à democracia, por exemplo, mas isso não é impedimento da cooperação entre os dois países, sendo os regimes políticos fatores soberanos e estruturais de cada parte.

O Brasil se pauta pela democracia, mas promove o desenvolvimento nacional e internacional, respeitando os regimes de todos os seus parceiros. Temos, por exemplo, relações econômico-comerciais muito importantes com a China, bem como preocupações semelhantes em matéria de desenvolvimento econômico, o que serve inclusive de base para a cooperação

bilateral e para o BRICS. Mas mesmo assim mantemos relações fortes com outros países da Ásia, além das Américas, da África e da Europa. O Brasil se coloca naturalmente como uma força para o mundo multipolar e vislumbra a multipolaridade como processo que garante o multilateralismo. O Brasil possui credenciais para negociação no cenário internacional e para ser considerado um parceiro confiável para o mundo, conciliando perspectivas dos quatro cantos.

Pergunta

Durante sua gestão como Secretário de Assuntos Econômicos e Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores, quais foram os principais desafios enfrentados na construção e no aprofundamento da relação econômica entre Brasil e China no campo do comércio e investimentos? Em que medida esses desafios foram tratados por mecanismos bilaterais ou por meio de instâncias multilaterais (OMC, por exemplo), e quais estratégias o senhor considera terem sido mais eficazes para sua mitigação? Poderia dar algum exemplo?

Resposta

Acho que um grande desafio foi o que ocorreu no G-20 em 2022, após a invasão da Ucrânia. Na mesma época em que a China e a Rússia se aproximaram, e os dois países se apresentaram frente ao movimento liderado pelo G7 de condenação *da invasão, imposição de sanções econômicas sobre a Rússia e apoio financeiro à defesa da Ucrânia. Isso poderia provocar uma situação em que o Brasil teria que escolher um lado ou, como ocorreu, levaria o país a construir uma posição de equilíbrio entre os dois polos (neste caso, o G7 ou a China e a Rússia).* Como Sherpa do Brasil no G20**,** *coordenava a posição dos emergentes no Grupo, e o Brasil conseguiu somar forças e se colocar no centro como um parceiro que pudesse se apresentar a ambos os lados* como *promotor de diálogos e de conciliação. O mais importante era honrar o mandato do G20 como instrumento multipolar a serviço do multilateralismo e do desenvolvimento global.*

Recordo que, desde a invasão na Ucrânia, em fevereiro de 2022 não foi possível concluir declarações conjuntas de ministros, pois não havia consenso sobre como tratar do conflito na Ucrânia, em particular entre aqueles dois polos. Na cúpula de Bali, em novembro, buscamos ouvir os dois lados e ter uma declaração conjunta. Foi finalmente adotada

declaração de Líderes esse resultado muito se deveu à postura do Brasil e de outros terceiros países, "middle powers", segundo alguns. O Brasil havia votado na ONU pela condenação da Rússia, mas não apoiado as sanções contra a Rússia ou o cancelamento do país no G20 ou em foros multilaterais, como advogavam membros do G7 e outros. O Brasil construiu uma postura equilibrada para mostrar seu entrosamento com os diferentes polos, sendo um ator constante para a manutenção da ordem multilateral em condições muito difíceis, evitando fragmentações, e isso realmente foi um grande desafio. O Brasil não queria, e não quer, escolher lados. O Brasil entende as Relações Internacionais como relações "win-win" plurais, assim como entende que países podem ganhar em parcerias (como o Mercosul e a União Europeia). Os desafios são evitar que os conflitos gerem danos às relações multilaterais, nas quais o Brasil se vê mais protegido, com maiores condições de receber benefícios de paz e desenvolvimento e difundi-los de modo amplamente internacional.

Pergunta

Considerando que o Brasil reconheceu a China como economia de mercado, mas que, ao mesmo tempo, diversos países passaram a questionar práticas associadas a subsídios estatais, excesso de capacidade produtiva e restrições comerciais chinesas, até que ponto a diplomacia econômica brasileira buscou conciliar sua proximidade com a China com a defesa das regras multilaterais de comércio? Nos organismos multilaterais, o Brasil atuou predominantemente como parceiro da China, como mediador ou como crítico de determinadas práticas chinesas?

Resposta

O Brasil é um grande produtor industrial, além de ser uma potência agrícola, e, por meio de sua parceria com a China, se torna um grande exportador agrícola. A China se desenvolveu como uma força exportadora de grande potencial, tendo causado perdas absolutas e relativas nas exportações industriais do Brasil e de nossos países vizinhos na América do Sul e outros parceiros fora da região. Os EUA participaram da assimilação da China na OMC, formalizada em 2001, e aos poucos foram formando *a percepção de que a China teria estruturado a utilização do sistema a seu favor. Assim, os EUA se afastaram da OMC, não mais aceitando o tribunal de apelação, levando, pois à paralização do sistema* de solução de controvérsias

naquele foro. Desde então**,** *para a OMC funcionar, segundo a visão dos EUA, deve haver reforma, dos processos judiciais e das definições das regras comerciais.* Muitos *países, inclusive o Brasil, acrescentariam* que outros *importantes aspectos deveriam ser objeto das reformas, por exemplo, maior transparência e consistência das medidas, bem como maior diálogo sobre as ações comerciais e seu impacto, o que se aplica à China e outros atores, nas esferas industrial e agrícola*

O Brasil procura na OMC esse tipo de reforma, que gere mais diálogo, condições para colaborações, mas não é fácil. O Brasil é um dos países que mais propõem sugestões de reforma da OMC, não só na área agrícola. Como Secretário, fiz várias sugestões, entre as quais que as reuniões ministeriais da OMC se tornem anuais, e não a cada 2 anos, para que a OMC se projete como capaz de promover diálogo e tratar de questões comerciais de modo fluido, ouvindo diferentes perspectivas dos países, apresentando diagnósticos e soluções de política comercial não apenas nas esferas das negociações ou de seu sistema judicial, este continuamente em expansão. A discussão envolveria as tendências e padrões do comércio, os desequilíbrios associados no balaço de pagamentos, nas contas agregadas de comércio e de transações correntes, as práticas distintas e contrastantes adotadas, o que deve ou não ser notificado, o que deve ou não ser objeto de painel e judicialização.

Creio que a proposta brasileira foi apropriada. Assim, talvez a OMC deva se moldar para novos diálogos, sendo possivelmente isto mais importante do que criar novas regras. Por meio da proposta, o Brasil evidenciou seu apreço ao sistema multilateral de comercio, com a OMC revitalizada no seu centro. Ao se encontrarem anualmente para diálogos, com base em racionalidade econômica, os países poderiam buscar soluções para difundir as vantagens comparativas e assim melhor engendrar por meio do sistema multilateral benefícios a todos. Mas, para isso, precisamos promover diálogos francos, não uma negociação em que ninguém quer ceder. A reforma é muito difícil, mas acho que seria possível, pois há uma proliferação enorme de encontros entre Ministros e autoridades da área de comércio, que poderiam ser melhor concentrados na OMC, revigorando seus métodos de trabalho.

Pergunta: Durante sua atuação na Diretoria de Riscos do Novo Banco de Desenvolvimento, como o senhor percebeu o papel do Banco na consolidação de uma arquitetura financeira

internacional mais diversificada? Quais têm sido as principais contribuições do NDB para o financiamento do desenvolvimento no Brasil e na China, e em que medida essas contribuições diferem das oferecidas por instituições financeiras multilaterais tradicionais?

Resposta: *Excelente pergunta. Na estrutura do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), é importante distinguir os papéis exercidos na governança: os diretores representam os países acionistas nos Conselhos do Banco, enquanto a Alta Administração, da qual fiz parte como Vice-Presidente, com responsabilidades também em Gestão de Riscos, atua de forma independente em relação aos governos nacionais, reportando diretamente ao Conselho de Diretores. Trata-se de uma instituição multilateral autorregulada, regida pelo Direito Internacional Público e sem vinculação direta à jurisdição doméstica de um único país. É uma jurisdição própria derivada do poder dos soberanos, que criaram e vão regular a instituição, tendo em conta a prática de outros bancos de desenvolvimento e jurisdições em que o banco opera.*

O grande diferencial do NDB em relação às instituições financeiras multilaterais tradicionais (como o Banco Mundial e o FMI) reside no seu espírito do desenvolvimento sustentável. O Banco foi concebido e instituído em 2014–2015, imbuído precisamente do espírito da Agenda 2030 das Nações Unidas e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ele nasceu com a missão primordial de financiar infraestrutura sustentável, adotando as melhores práticas internacionais, mas sem replicar a lógica das condicionalidades - políticas, técnicas ou macroeconômicas - que historicamente marcaram o sistema de Bretton Woods. A premissa central de atuação do Banco, como se diz, é a diretriz de que "countries are in the driver's seat" (os países no comando). Em vez de impor de fora modelos prescritivos sobre como uma nação deve se desenvolver, o NDB atua como um parceiro e facilitador técnico, ouvindo e respeitando as estratégias e prioridades formuladas pelos próprios Estados-membros. Isto é, o que interessa em essência é o desenvolvimento do país.

O foco é viabilizar o desenvolvimento que o país soberanamente demanda e necessita, prestando assessoria financeira e técnica qualificada e assim ouvindo quais são as necessidades de desenvolvimento dos países por meio de projetos de infraestruturas sustentáveis. O Banco pode contribuir para alavancar o desenvolvimento de capacidades em

energia, água e saneamento, transportes, mobilidade urbana. Antes do término da minha gestão, estruturamos políticas voltadas inclusive ao capital social e ambiental dos projetos, permitindo integrar plenamente as diferentes metas dos ODS à carteira de financiamentos. Em sua essência, o NDB consolida-se como um pilar de diversificação da arquitetura financeira internacional, justamente por descentralizar o crédito ao desenvolvimento e devolver o protagonismo estratégico aos países do Sul Global."

Pergunta: Vimos que, na atuação do NBD, foram aprovados diversos projetos que promovem a infraestrutura sustentável, como a implementação de energias renováveis, a adaptação da mobilidade urbana e de transportes com baixo carbono, como a parceria com o BNDES para desenvolver infraestrutura sustentável e o projeto de transporte verde de Ningxia, na China, que se baseia na eletrificação de ônibus. Ademais, vimos que na Estratégia 2022-2026 do NDB, 40% dos projetos são voltados para mudanças climáticas. Em sua opinião, essas ações já eram parte de uma estratégia mais ampla do Banco para priorizar projetos que envolvem a transição energética? Se sim, a partir de quando isso ocorreu ou qual foi o marco dessa nova etapa? Além disso, até que ponto esse financiamento pode ter ajudado a estabelecer as condições que, anos mais tarde, contribuíram para a internacionalização das empresas chinesas de veículos elétricos e sua entrada no mercado brasileiro?

Resposta: *A transição energética e o foco em sustentabilidade sempre estiveram, desde sua criação, no cerne conceitual do NDB. A meta de direcionar 40% das aprovações para projetos de mitigação e adaptação climática na Estratégia Geral 2022–2026 reflete a consolidação desse mandato original. No entanto, é fundamental compreender a dinâmica institucional e os impactos de via dupla que o Banco proporciona, como acionista e tomador de créditos. Para o Brasil, o NDB representa uma experiência institucional inédita. Pela primeira vez, o país participa com uma cota igualitária e significativa de capital (20% entre os cinco membros fundadores) na origem, o que significa considerável investimento brasileiro projetado, multiplicado e alocado em grandes obras de infraestrutura ao redor do mundo. Isso gera uma curva extraordinária de aprendizado gerencial, operacional, econômica, financeira e diplomática. O Banco não foi desenhado sob medida para a China ou para qualquer outro*

membro isoladamente; o que ocorre é que a China, fruto de décadas de investimento maciço em educação, inovação e desenvolvimento industrial, possui escala e quadros técnicos altamente preparados para ocupar espaços e propor projetos robustos em fóruns multilaterais. Cabe ao Brasil formular uma estratégia de Estado igualmente consistente sobre como utilizar plenamente essas organizações e obter os recursos a mais baixo custo para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

No que tange especificamente ao setor de veículos elétricos, posso estar desatualizado, mas não sei até que ponto o NDB se destaca em eletrificação atualmente. A expansão global dos VEs chineses decorre de políticas industriais domésticas e vantagens competitivas próprias da China, e não de um direcionamento financeiro exclusivo do Banco. Além disso, cada membro possui realidades e matrizes energéticas distintas. No caso brasileiro, o país já conta com uma matriz energética renovável e adota um pluralismo de fontes e tecnologias, preservando sua autonomia estratégica para não incorrer em dependências excessivas de um único fornecedor, a exemplo de vulnerabilidades energéticas observadas na Europa.

Então, no Brasil, outras áreas podem ser mais importantes, como o saneamento e outras infraestruturas sustentáveis. Cabe, então, ao governo federal, por meio da COFIEX (Comissão de Financiamentos Externos), determinar quais projetos de infraestrutura são mais importantes. Acho que o Congresso Nacional pode também atuar, inclusive via discussões sobre orçamento e emendas parlamentares, na definição de prioridades e critérios uniformes para a classificação de políticas de financiamento de projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável.

Pergunta: A partir de 2022, houve um aumento da pauta da transição energética mesclada com as relações econômicas e de investimentos entre Brasil e China. Houve um aumento na importação de painéis solares e células fotovoltaicas e, no campo dos investimentos, houve um aprofundamento não só em energia elétrica (distribuição), mas também em veículos elétricos, com a ampliação da presença da BYD, que passa também a ter projetos e se instalar na Bahia para a produção de veículos de passeio, além da GWM, que se instala no interior de São Paulo, ambas, inclusive, se instalando em plantas que produziam veículos à combustão. Considerando sua atuação entre 2020 e 2023, quando a presença das montadoras chinesas de veículos elétricos

no Brasil ainda era relativamente limitada, quais discussões e negociações já sinalizavam esse movimento? Como os diálogos bilaterais contribuíram para construir as condições políticas e econômicas que hoje favorecem a expansão chinesa no setor?

Resposta: *Em primeiro lugar, é importante pontuar que não participei de diálogos ou negociações bilaterais específicas sobre a atração de montadoras de veículos elétricos. Na minha atuação representando o Itamaraty, o foco das discussões esteve concentrado nas vocações e vantagens comparativas já consolidadas do Brasil, em especial na agenda dos biocombustíveis e nas tecnologias de motores, como os de tecnologia híbrida, que representam conquistas históricas da engenharia nacional.*

Essa agenda de transporte está na OCDE e na Agência Internacional de Energia (AIE), com destaque para as discussões de biocombustíveis, e a resistência dos países europeus a respeito, especialmente tendo em conta preocupação de se direcionar culturas de alimentos para produzir energia. Para o Brasil e outros países em desenvolvimento com vantagens agrícolas, isso não é um problema; ao contrário, cria-se, na verdade, diversificação da produção e recuperam-se áreas de plantio.

Estamos tentando criar os diálogos internacionais a respeito. Precisamos estudar e trazer fatos, números e conhecimentos para evitar o protecionismo, que se dá muito com base em regulamentações internas. Estamos entrando em um mundo com tendência ao protecionismo, não só na Europa, mediante padrões regulatórios em saúde, alimentos e outros bens, mas também na China e nos EUA, acerca das questões das terras raras e tecnologias sensíveis. Às vezes, as motivações são boas, mas a desigualdade nas restrições é explícita ou gera distorções.

Precisamos repensar o multilateralismo, que é muito importante para o Brasil, e está atualmente enfraquecido. Nesse contexto, em paralelo, vemos novos movimentos importantes do Brasil e do Mercosul para ampliar relações econômicas, como os acordos comerciais com a UE e a EFTA e os diálogos com o Japão e outros parceiros na matéria, que têm se acelerado. Negociar novos acordos desse gênero permite entender os receios de cada parte que estão em jogo. Por exemplo, a preocupação se o acordo vai ajudar ou beneficiar a parte agrícola do Brasil não deveria ser um fator limitador. O foco desses acordos não é agricultura, mas o

conjunto das economias. Os acordos contribuem na direção de marcos regulatórios mais consistentes também para exportar para terceiros mercados, para investir e criar cadeias de valor, cadeias de agricultura, indústria e serviços que sirvam os dois lados. Esses acordos não podem se resumir à agricultura numa direção, ou à indústria em outra.

Pergunta: O senhor considera que Brasil e China têm uma agenda de transição energética comum (não só compartilhada)? Se sim, por quais meios implementam essa agenda?

Resposta: *É preciso reconhecer que o Brasil possui, hoje, uma trajetória e uma estratégia de transição energética incomparavelmente mais bem-sucedida e avançada do que a maioria dos outros polos globais. Entre os países do G20, o Brasil se destaca como o líder absoluto em participação de fontes limpas e renováveis, com uma matriz elétrica extraordinariamente descarbonizada (superando os 85% a 90%) e uma matriz energética global muito à frente da média internacional. Grande parte desse êxito decorre de fatores estruturais consolidados: o peso histórico da hidroeletricidade, a expansão acelerada das energias solar e eólica e o protagonismo pioneiro dos biocombustíveis (etanol e biodiesel). O Brasil é uma verdadeira potência energética, com base em fatos e evidências concretas e científicas, não apenas em retórica. Nesse sentido, a cooperação internacional deve partir desse reconhecimento. Se parceiros como os países europeus ou asiáticos buscam segurança energética e insumos com baixa pegada de carbono, o destino mais eficiente para seus investimentos verdes é o Brasil. O país precisa saber precificar e alavancar esses ativos ambientais nas negociações bilaterais e nos fluxos de comércio e investimento. Contudo, não basta sermos exportadores de energia limpa bruta ou receptores passivos de tecnologias acabadas. A indústria brasileira precisa fazer o seu próprio "dever de casa". Ter uma matriz limpa é uma vantagem competitiva inestimável, mas precisamos converter essa energia limpa em agregação de valor industrial e adensamento tecnológico doméstico.*

Pergunta: Por fim, na sua opinião, quais são as agendas de potencial colaboração efetiva entre Brasil e China (bilateral, plurilateral ou multilateral)? Quais seriam as perspectivas de aprofundamento dessa relação?

Resposta: *Infraestrutura sustentável, pesquisa e desenvolvimento. A China desenvolveu com muita eficiência capacidades nessas áreas, e o Brasil pode aprender e desenvolver parcerias com a China. As infraestruturas de água e saneamento, portos e logística da China são referências, por exemplo. Nesse quadro o NBD pode ser um instrumento para fortalecer as relações entre Brasil e China. Mas, sem dúvida, colocar as universidades brasileiras em mais programas de colaboração com universidades chinesas, nessas grandes áreas, como IA e outras de pesquisa na fronteira. Devemos desenvolver ideias mediante diálogo objetivo com base em fatos, e trazer a China para parcerias bilaterais e para diálogos internacionais em foros multilaterais, onde já está muito presente, como na ONU e na OMC, além do G20. Hoje, trabalho diretamente com a OCDE e a AIE, e em ambas as organizações vejo a participação da China, e se maior espaço lhe for apresentado, a China participará ainda mais. Candidato à acessão à OCDE, o Brasil é o país não membro que mais tem participação no conjunto das atividades da Organização. O exercício do diálogo da OCDE é uma ótima base para os temas de políticas públicas que afetam o quotidiano dos cidadãos. Oferece espaço rico para debates com base em evidências e transparência, trabalhando por meio de intercâmbio de estatísticas, análises e recomendações indicativas. Acho que as relações entre Brasil e OCDE têm evoluído como política de Estado. Novamente, são relações de longo prazo, e a vida internacional, hoje, está exigindo do Brasil uma compreensão mais ampla do que está em jogo, havendo desafios e oportunidades amplos em várias instâncias, tanto no BRICS como na OCDE e outros foros. Nelas o Brasil pode projetar-se ainda mais e contribuir para moldá-las como instrumentos multipolares a serviço do multilateralismo e do desenvolvimento mundial*